



Carta aberta à nova diretoria do Banco do Brasil

Há pouco mais de um mês, em 8 de maio, foi anunciada a composição da nova direção do Banco do Brasil, uma mudança considerável que, esperamos com certa dose de insegurança, se reflita na condução do maior banco público da América Latina e segundo do Brasil.

Insegurança porque, em 2007, houve uma grande mudança que em nada resultou em termos de melhora das condições de trabalho no banco e de valorização do maior ativo da instituição, que são seus funcionários. Pelo contrário, a situação só piorou. Decidimos então iniciar, naquele momento, a campanha "Acorda Diretoria! Banco para o Brasil".

Uma campanha que teve entre suas principais reivindicações a

prorrogação do concurso de 2006, cujo desfecho, após forte mobilização e muita luta de todas as partes envolvidas, resultou num acordo entre o Ministério Público do Trabalho e o BB pelo qual serão convocados os aprovados em Brasília (veja matéria nesta edição). Uma medida mais do que necessária para suprir a carência de funcionários nas agências e departamentos.

Não estávamos discutindo a volta do BB pré-1986, da conta movimento. Questionávamos a manutenção da filosofia do banco como puramente de mercado, implementada nos anos 1990 com a lógica de privatização, do assédio moral, do desrespeito à legislação trabalhista (jornada de trabalho, SESMT, pagamento de substituições etc.), das terceirizações indiscrimina-

das, da falta de preocupação com a saúde dos empregados, entre outras características de cunho neoliberal que, de forma alguma, promovem a segurança do corpo funcional ou a solidez de uma instituição secular.

Ainda hoje, a maioria das funcionárias e dos funcionários ingressa na família BB com a expectativa de ali fazer carreira. Contudo, eles já não encontram um banco oficial, um banco dos pequenos produtores rurais, um banco com suporte institucional às atividades imprescindíveis para o desenvolvimento nacional. Encontram, ao contrário, o banco da falta de isonomia e de perspectiva de carreira, do excesso de competição, das metas insuportáveis de títulos de capitalização, de seguros, de previdência privada, de venda de crédito

por telefone, de spread altíssimo, da busca desesperada por lucros e até da exclusão social, enfim.

Os valores e a cultura organizacional do BB foram perdidos. Para nós, esse é um dos maiores desafios que essa nova direção deve enfrentar - e não o de continuar apresentando resultados crescentes, meramente financeiros e insustentáveis, apenas porque a vida é curta. E lembremos: o maior acionista do BB é o povo brasileiro, e o segundo é o corpo funcional da ativa e dos aposentados.

O Sindicato dos Bancários de Brasília quer ter um diálogo franco e aberto com a nova diretoria, mas não deixará de defender em qualquer instância os interesses das funcionárias e funcionários do Banco para o Brasil, contratados direta ou indiretamente.

PÁGINAS 3 e 4

Vitória dos aprovados no concurso de 2006 beneficia todo o funcionalismo

PÁGINA 8

Eleja o delegado sindical da sua dependência e participe do 5º Congresso dos Bancários

PÁGINA 7

Vitória do Sindicato na Justiça mantém patrimônio dos participantes de fundo de pensão

Em greve histórica, que contou com apoio do Sindicato, vigilantes garantem aumento real

Após três dias de forte paralisação, os vigilantes aprovaram no dia 28 de maio a proposta de reajuste de 8% (acima da inflação) acordada durante reunião no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do DF (Sindesv-DF) e o sindicato patronal, pondo fim à greve.

O movimento, que contou com a adesão de cerca de 90% dos 15 mil trabalhadores na base do DF, teve total respaldo do Sindicato dos Bancários de Brasília e forçou o fechamento da maioria das agências bancárias, conforme determinação legal. Apesar disso, durante trabalho de fiscalização nos locais de trabalho, o Sindicato detectou que alguns bancos obrigaram as agências a abrirem as portas, colocando em risco a integridade física de funcionários e clientes, o que levou a entidade a acionar a Justiça, conseguindo uma antecipação de tutela contra o Bradesco.



O diretor Wadson orienta os bancários em relação aos procedimentos de segurança na greve dos vigilantes.

“O Sindicato, além de apoiar a luta por consciência de classe, ainda teve o papel de garantir a segurança dos bancários contra a irresponsabilidade dos banqueiros”, destacou o diretor do Sindicato Wadson Boaventura.

Audiência debate segurança bancária

Na mesma semana em que os vigilantes deflagram a greve da categoria, a Câmara Legislativa do DF, por iniciativa da deputada distrital Erika Kokay, realizou audiência pública cujo tema foi segurança bancária. A audiência reuniu representantes do movimento sindical, do empresariado e parlamentares.

Episódios recentes de assaltos a agências no DF – como os ocorridos no Bradesco do Quartel General do Exército e no BB em Taguatinga – mostram a atualidade da discussão do tema e a necessidade de cumprimento, por parte dos bancos, da legislação que rege o setor.

Bancos fogem de debate na Câmara sobre igualdade de oportunidades

Os bancos deram mais uma demonstração do descaso para com a inclusão de mulheres, negros, homossexuais e pessoas com deficiência nas instituições financeiras. Esperado em audiência na Câmara dos Deputados para tratar do tema igualdade de oportunidades, no último dia 27 de maio, o representante da Febraban não compareceu, contrariando a expectativa de que

fossem apresentados os resultados do Mapa da Diversidade, pesquisa realizada no ano passado com mais de 200 mil bancários de todo o Brasil.

O objetivo da audiência foi retomar as ações do Grupo de Trabalho criado em 2006 para analisar a presença e a situação desses segmentos nos bancos, no processo denominado Pacto da Diversidade. “A reivindicação

nasceu quando o movimento sindical denunciou que havia discriminação nos locais de trabalho e que as contratações eram desiguais. Os bancos, entretanto, negaram a discriminação e desafiaram a provar. Foi publicado então o ‘Rosto dos Bancários’, uma pesquisa realizada pelo Dieese em 2001 que comprovava toda a discriminação denunciada”, destacou a diretora do Sindicato Mirian Fochi.



Sindicato Itinerante visita o Setor Bancário Sul

Após percorrer os locais de trabalho no Setor Comercial Norte, o Sindicato Itinerante visitou na primeira semana do mês o Setor Bancário Sul. Foram montados três postos de atendimento em frente ao Edifício Sede I do Banco do Brasil, à filial da Caixa Econômica Federal e ao Edifício Brasília, do BRB, onde os trabalhadores tiveram a oportunidade de fazer denúncias e de tirar dúvidas sobre assuntos de interesse da categoria diretamente com os diretores do Sindicato, além de se informar sobre a pauta de trabalho da entidade.



“Com um novo formato e mais abrangente, o Sindicato Itinerante promove uma interação entre os bancários e a entidade, que funciona de fato como um via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que colhe na discussão com a categoria novas ideias e propostas, o Sindicato encaminha as questões relativas à entidade”, destaca o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

As atividades do Sindicato Itinerante incluíram ainda serviços de orientação jurídica e da secretaria de Saúde da entidade, como, por exemplo, de massagem expressa e ginástica laboral.

Inquérito administrativo no BB requer muita atenção do bancário

Os funcionários do Banco do Brasil devem ficar espertos diante de pedidos de informação. Todo cuidado é pouco.

As péssimas condições de trabalho costumam fazer com que erros sejam cometidos. É preciso que o bancário tenha tranquilidade e segurança ao dar explicações, para não complicar ainda mais a situação. Por isto, ao ser interpellado, procure a assessoria jurídica e um diretor do Sindicato para ajudá-lo. Mais informações pelo telefone 3262-9090.

CCP

Prazo para entrega de pedidos está terminando

A Comissão de Conciliação Prévia (CCP) do Banco do Brasil, suspensa desde março último, voltou a funcionar no dia 14 de maio. O acordo que rege a CCP entre o BB e o Sindicato termina em 30 de junho próximo.

Para evitar possíveis transtornos, recomenda-se que os pedidos de conciliação sejam protocolados até o dia 22 de junho, garantindo, assim, prazo suficiente para o banco estudar e apresentar valores.

O Sindicato está tentando uma reunião com os representantes do banco para prorrogar o período por até 10 dias, para atender todos os funcionários que se desligarem até o dia 30 de junho. Até o momento não há nenhuma negociação agendada sobre a renovação do acordo.

Vitória dos aprovados do concurso de 2006

Após uma longa peleja que chegou a parar na Justiça, um acordo entre o Ministério Público do Trabalho e o Banco do Brasil pôs fim à angústia do grupo de aprovados no concurso de 2006 que, por conta da decisão do Conselho Diretor do banco de não prorrogar a validade da seleção, ainda não havia sido convocado. O Termo de Ajuste de Conduta (TAC), homologado em meados do mês passado, prevê a convocação paulatina dos classificados. Na

primeira etapa, foram convocadas quase duas centenas deles, alguns tomando posse em 15 de junho. A decisão vale somente para o DF.

O anúncio do acordo, considerado uma vitória para esses concursados, também foi recebido com comemoração pelos bancários do BB, uma vez que a realidade que vigora hoje nos locais de trabalho é de caos, marcada pelo sufoco com a sobrecarga de trabalho em função da mão-de-obra insuficiente – situação denunciada há tempos pelo Sindicato, que tem estado em campanha permanente pela contratação de novos quadros para o banco. A situação nas agências e nos departamentos chegou

a tal ponto que bancários não estão sequer sendo promovidos ou transferidos, simplesmente porque não há outro funcionário para ocupar a vaga que ficaria em aberto.

O Sindicato vem atuando em várias frentes para resolver o problema do déficit de funcionários, também decorrente da reestruturação promovida pelo banco em 2007 e ao fim das substituições (lateralidade). Denunciou a diversos órgãos da direção do banco e até mesmo ao Ministério Público do Trabalho as péssimas condições de trabalho em várias agências - sem estrutura de, por exemplo, prestar um atendimento de qualidade à população.

“A garantia de convocação dos concursados de 2006 põe fim à angústia de quem estava esperando pelo emprego e ameniza a sobrecarga de trabalho para quem já está no banco”.

Rodrigo Britto,
presidente do Sindicato

Histórico

Dezembro de 2006

- O Sindicato realiza na AABB a primeira reunião com os aprovados no concurso

Ao longo de 2007

- Uma série de manifestações foi promovida com o objetivo de forçar o Banco do Brasil a agilizar o processo de convocação dos aprovados de 2006, de forma a aumentar a dotação nas agências, em contraponto ao projeto de reestruturação implantado pela direção do BB. Uma das mais emblemáticas resultou no fechamento da agência central do banco, no Sede I.



“Foi um período de muita luta e pressão, durante o qual os concursados contaram com o apoio do Sindicato no sentido de ver resolvido um impasse cujas consequências se refletiam no dia a dia do funcionalismo do BB”, resumiu o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, destacando as medidas adotadas em conjunto com os aprovados pela prorrogação do concurso de 2006, que incluiu, entre outras iniciativas, rodadas de negociação com o banco, atos públicos, protestos, abaixo-assinado, além de audiência pública na Câmara Legislativa do DF.

A queda-de-braço com a direção do BB teve início no ano passado, quando ela anunciou, apesar de reiterados pedidos em contrário do movimento sindical, que estava fora dos seus planos a ampliação do prazo de vencimento da seleção de 2006, praticamente ao mesmo tempo em que abriu inscrições para a realização de um novo concurso.

Indignados com a decisão, um grupo de aprovados procurou o deputado distrital Chico Leite, responsável pela “Lei dos Concursos”, que entrou com uma representação no Ministério Público do Trabalho (MPT) pedindo a apuração do caso.

Por determinação da juíza Raquel Gonçalves Maynarde, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, com base na ação movida pelo MPT, o BB ficou impedido de convocar os candidatos aprovados no concurso público aberto em 2008 até o fim da convocação dos classificados no exame de 2006. O banco também foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$ 200 mil, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalha-

dor (FAT), caso descumpra a decisão.

O banco ingressou com embargo de declaração, argumentando que, com a determinação, também ficara impedido de aplicar as cotas para deficientes físicos. A última manifestação do Tribunal Regional do Trabalho esclareceu o pedido, sem alterar a conclusão do julgamento anterior, pelo qual o banco está impedido de realizar novo concurso até que seja exaurida a convocação do exame anterior.

Sindicato apoiou luta dos aprovados

2006 beneficia conjunto do funcionalismo

o da Luta



Março de 2008

- O Sindicato reúne mais de 400 aprovados no Teatro dos Bancários, dando início às ações pela prorrogação do concurso de 2006.
- O Sindicato promove grande ato no Setor Bancário Sul denunciando a decisão do Conselho Diretor do BB, que afetaria sobremaneira o cotidiano dos bancários, particularmente os lotados em agências.



Da esquerda para a direita: Artur Henrique (presidente da CUT), Jacy Afonso (então presidente do Sindicato), Rodrigo Britto (então diretor do Sindicato) e o presidente do Sindicato dos Bancários de Rondônia, Cleiton dos Santos.

Abril de 2008

- É realizada audiência pública na Câmara Legislativa do DF, promovida pela deputada Erika Kokay, do PT, que contou com a presença de parlamentares, bancários e dos concursados, que lotaram as galerias da Casa.
- Os bancários lançam em Brasília a campanha Acorda BB. Entre as reivindicações, valorização dos funcionários, com a contratação de novos quadros.

* Ainda em abril, após solicitação do Sindicato da Contraf/CUT, o Departamento de Coordenação de Controle das Estatais (Dest) autorizou o BB a ampliar o quadro de funcionários de 88,5 mil para 91 mil.

Maio de 2008

- O Sindicato protocola junto à presidência do BB ofício solicitando a convocação de todos os aprovados do DF no concurso de 2006. Em anexo, foi entregue um abaixo-assinado com milhares de assinaturas

- Aprovados em concurso fazem vigília na sede do banco

- Campanha Acorda Diretoria: Sindicato retarda abertura de seis agências do Banco do Brasil

Junho de 2008

- Após mais de uma década, bancários do BB realizam paralisação fora da data-base.

Março de 2009

- Sindicato busca solução para a falta de funcionários nas agências do BB no DF



dos

Você sabia? **Temas do Jurídico** **Jornada de 6 horas**

O artigo 224 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) dispõe o seguinte sobre a jornada de trabalho do bancário:

- Regra: 6 horas diárias/30 semanais – de segunda à sexta-feira
- A exceção, conforme o parágrafo 2º do mesmo artigo, vale para as funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou para aqueles que desempenhem outros cargos de confiança.

Mas o que caracteriza um cargo como sendo de confiança bancária? O conceito é bastante amplo. No caso dos bancários, é necessária uma fidúcia especial mais pagamento de gratificação de no mínimo um terço para a sua caracterização.

Para eliminar as controvérsias, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou algumas Súmulas, a saber:

A Súmula 102, que discrimina:

- Configuração ou não depende de prova das reais atribuições;
- IV – Artigo 224, parágrafo 2º - jornada de 8 horas: recebe horas extras além da 8ª.
- VI- Caixa bancário, ainda que caixa executivo, recebendo gratificação igual ou superior a um terço, não exerce cargo de confiança.

A Súmula 109 decide:

- Gratificação de função não pode ser compensada com o valor das horas extras
 - Já a Súmula 287 particulariza o seguinte:
 - Gerente geral: presume-se encargo de gestão – exclui horas extras
 - Gerente de agência: jornada de 8 horas – recebe horas extras além da 8ª
- No acordo coletivo BB do ano de 1992, foi



definida a jornada de 6 horas para todos os funcionários, uma conquista histórica, mas como o acordo valia por um ano, a cláusula não foi renovada e nos acordos coletivos posteriores não se conseguiu manter a vantagem.

A maioria dos cargos de carreira do BB é tipicamente técnica e, nesse caso, a gratificação remunera apenas a maior complexidade do cargo e não a jornada estendida.

Para mais informações sobre este assunto e também acerca da ação coletiva de interrupção de prescrição de direitos, entre em contato com o Departamento Jurídico do Sindicato, pelo telefone 3262-9001 ou pelo e-mail sejur@bancariosdf.com.br.

Interagências está a todo vapor

Os bancários do BB entraram em campo no último final de semana pela quarta rodada da primeira fase do Interagências 2009, o campeonato de futebol soçaito dos funcionários.

Quarenta times participam da competição, sendo 20 na primeira divisão, 16 na segunda e mais quatro equipes no feminino. Os jogos são disputados na AABB/DF. Confira em www.bancariosdf.com.br ou www.interagenciasbb.com a tabela completa de jogos.



Atletas da Direv-2009, a atual campeã da primeira divisão do campeonato.

Divirta-se e
e de
graça

CINECLUBE
Bancário
Programou
para você:

22/06 (20h)

Estômago, drama sobre um migrante que descobre talento como cozinheiro na cidade grande, com direção de Marcos Jorge.

29/06 (20h)

Cinemas, aspirinas e urubus, obra de Marcelo Gomes que trata do encontro e convivência de dois homens de mundos e culturas diferentes.

Local: Teatro dos Bancários
EQS 314/315 Sul.

Nova vitória na Justiça contra a devolução do superávit de fundo de pensão

O Sindicato obteve no dia 08/06 mais uma vitória na Justiça em defesa do patrimônio dos bancários de Brasília que participam de fundos de previdência complementar patrocinados pelos bancos. Desta vez, em segunda instância, a decisão favorável foi no Supremo Tribunal de Justiça.

O Sindicato dos Bancários vem buscando na Justiça a declaração judicial de ilegalidade da Resolução 26 do CGPC-Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que versa sobre a destinação do resultado superavitário dos fundos de pensão e a sua forma de apuração. Nossa entidade defende a tese de que as reservas dos fundos pertencem aos seus participantes e não podem ser revertidas aos patrocinadores. “Temos que comemorar mais essa vitória. Mais uma instância da Justiça reconheceu nossa tese

e precisamos continuar a luta para derrubar a medida ilegal da CGPC”, afirma Mirian Fochi, diretora do Sindicato e da Contraf-CUT e conselheira deliberativa eleita da Previ.

Essa luta começou em dezembro de 2008, quando o Sindicato obteve a concessão da liminar, em recurso de agravo de instrumento, suspendendo os efeitos da Resolução 26. A sentença foi proferida pelo Desembargador Federal Souza Prudente, do Tribunal Regional da Primeira Região. O Sindicato questionou a possibilidade de devolução de valores superavitários às patrocinadoras nos planos de previdência, argumentando que essa hipótese não estava prevista na legislação e que foi introduzida de maneira ilegal pela Resolução CGPC 26.

A União protocolou no Superior Tribunal de Justiça um pedido de suspensão dos efeitos dessa limi-

nar, que foi indeferido no dia 08/06 pelo presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha. Desta forma, continua suspensa, até a decisão final no Mandado de Segurança, qualquer devolução de valores relativos ao superávit para os patrocinadores dos planos de previdência dos quais participem os filiados do Sindicato. Esta decisão engloba os planos de previdência patrocinados pelo Banco do Brasil (Previ), Caixa Econômica Federal (Funcef), Banco Itaú (Fundação Itaúbanco), Santander Banespa (Banesprev), Banco Regional de Brasília (Regius), Unibanco, entre outros. Apesar dessa liminar, o Banco do Brasil contabilizou irregularmente em seu balanço do ano passado R\$ 5,3 bilhões do superávit do Plano I da Previ. Graças à ação do Sindicato, esses recursos permanecem registrados como patrimônio da Previ e dos seus associados.

Comissão de Trabalho da Câmara aprova reintegração de demitidos do BB sob FHC

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira 3 a reintegração dos funcionários do BB demitidos (cerca de 36 mil) no período de 1995 a 2002, durante o governo FHC. A medida consta do Projeto de Lei 512/07, dos deputados Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Chico Lopes (PCdoB-CE).

“Trata-se de uma luta antiga do mo-

vimento sindical contra uma injustiça que vitimou milhares de trabalhadores e que esperamos ver enterrada com a aprovação desse projeto”, afirma o secretário de Assuntos Parlamentares do Sindicato, Jeferson Meira.

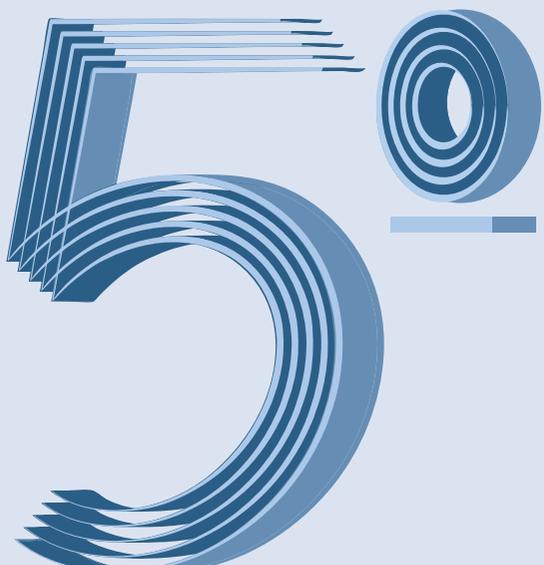
O projeto ainda será analisado, de forma conclusiva, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fortaleça a Campanha Nacional 2009

Sua participação no 5º Congresso é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da Campanha Nacional 2009. No encontro, nos dias **10 e 11 de julho**, no Teatro do Bancários, vamos debater propostas para a pauta de reivindicações e também traçar as estratégias de mobilização, organização e luta para novas conquistas.

Você pode se inscrever pelo site do Sindicato www.bancariosdf.com.br. Também pode preencher a ficha de inscrição que está sendo distribuída a toda a categoria e enviá-la por fax 3346-8822.

O 5º Congresso elegerá os delegados de Brasília que participarão da Conferência Nacional dos Bancários (entre os dias 17 e 19 de julho) em São Paulo, onde representantes da categoria de todo o país definirão a pauta de reivindicações e o calendário de atividades da campanha deste ano.



Congresso

DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA






Eleja o delegado Sindical de sua dependência

Já começou o processo de eleição de delegados sindicais em cada dependência do Banco do Brasil. A escolha de representantes dos funcionários por local de trabalho é uma conquista da categoria incluída nos acordos coletivos com os bancos públicos.

A convocação, com prazos de inscrições de candidatos e período de votação, está no quadro de avisos das dependências. A posse dos eleitos será no dia 1º de julho, com a instalação do Conselho de Delegados Sindicais. O mandato dos delegados irá até 30 de

junho de 2010.

“O delegado sindical é imprescindível na organização dos colegas no seu local de trabalho. Ele representa os funcionários da dependência junto ao Sindicato, discute e reúne as reivindicações relativas às condições de trabalho, fiscaliza o cumprimento dos contratos coletivos, da legislação trabalhista e previdenciária, recebe e encaminha denúncias e contribui para a mobilização e realização das atividades que fortalecem nossa luta nas campanhas salariais”, explica Rodrigo Britto, presidente do Sindicato.

Conselho de Usuários da Cassi/DF realiza 5ª Conferência de Saúde dia 26

O Conselho de Usuários da Cassi/DF realiza no próximo dia 26 a 5ª Conferência de Saúde. O evento, que terá como tema “A humanização do atendimento à saúde”, será no auditório da ANABB (507 Sul - Bloco A - Loja 15), das 18h30 às 22h, e irá eleger e empossar os novos membros que comporão o Conselho para o biênio 2009-2011. Participe!

